

# ROSA LUXEMBURGO



**A Revolução Russa**







# A Revolução Russa

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO  
ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

*Diretor*

Gerhard Dilger

*Coordenadores*

Christiane Gomes

Daniel Santini

Jorge Pereira Filho

Verena Glass

*Administrativo*

Andressa Rosa

Catary Minotelli

Davide Simadon

Débora Ruiz

Everalda Novaes

*Expediente*

EDIÇÃO: Jorge Pereira Filho

COPIDESQUE E REVISÃO: Leandro Rodrigues

PESQUISA DE IMAGEM: Svea Franz

DIAGRAMAÇÃO: Marcelo Cordeiro

*Foto de capa:*

Foto da p1.: Vladimir Lênin e Leon Trotsky celebram o segundo aniversário da revolução em Moscou (1919). Em 1967, essa fotografia foi adulterada e a imagem de Trotsky, suprimida.

Foto da p.2: Rosa Luxemburgo, em fotografia de 1907.

ROSA  
LUXEMBURGO

# A Revolução Russa

*Tradução e apresentação*

Isabel Loureiro



**FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**

## *A Revolução Russa*

Título original: "Zur russischen Revolution"

[cc] Fundação Rosa Luxemburgo, 2017

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Luxemburg, Rosa, 1871-1919

A revolução Russa / Rosa Luxemburgo. – São Paulo:  
Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.  
124p.

ISBN 978-85-68302-11-8

1. Socialismo 2. União Soviética - História - Revolução, 1917-  
-1921 I. Título

CDD 947.084

17-1314

---

“Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)”.

“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de ‘Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas’ (BY-NC-ND)”





# Sumário

As vicissitudes de um texto polêmico . . . . .	9
<i>Isabel Loureiro</i>	
<b>A Revolução Russa</b>	
<i>Rosa Luxemburgo</i>	
I. . . . .	23
II. . . . .	35
II. . . . .	53
IV. . . . .	81
Notas . . . . .	109



## APRESENTAÇÃO

# As vicissitudes de um texto polêmico

ISABEL LOUREIRO\*

ESTE LIVRINHO FOI PUBLICADO PELA PRIMEIRA VEZ EM 1922 POR PAUL Levi, dirigente do Partido Comunista Alemão (KPD) depois do assassinato de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Leo Jogiches. Levi, o mais fiel herdeiro do ideário socialista-democrático da revolucionária polonesa, havia sido expulso do KPD por ter criticado publicamente a “ação de março” de 1921, tentativa insurrecional fracassada levada a cabo pela nova liderança do KPD, pressionada pela Internacional Comunista (IC) sob influência dos bolcheviques.

Lênin, discordando da crítica pública de Levi à “ofensiva revolucionária” preconizada pela IC, nas

“Notas de um publicista”, denuncia o “trânsfuga que, igual a uma galinha em meio a montes de lixo, vagava pelo pátio traseiro do movimento operário”. Contra Levi, a galinha passeando no lixo, Lênin evoca a fábula russa de Krilov: “É dado às águias descer mais baixo que as galinhas, mas nunca as galinhas poderão subir tão alto quanto as águias”. Seguia-se a conhecida lista dos cinco erros cometidos por Rosa Luxemburgo, o último relativo ao texto em pauta: “enganou-se nos seus *Escritos da prisão* de 1918 (aliás, ela mesma, ao sair da prisão no fim de 1918 e no início de 1919, corrigiu uma grande parte de seus erros)”. Ela era uma águia que, diferentemente das galinhas, não só podia subir bem alto nos céus, mas também descer mais baixo que as próprias galinhas. Com isso, Lênin deixava no ar a sugestão maldosa de que Rosa, toda vez que tinha errado em suas apreciações políticas, se comportava pior que uma galinha. Em seguida, condescendentemente, recomendava a publicação de suas obras completas, “malgrado seus erros”.

A avaliação de Lênin, que não tinha lido o texto de Rosa nem o prefácio de Levi, deu origem à tendência no interior do KPD de usá-la como arma contra o campo adversário, sem investigar o que de fato ela tinha dito e feito. Lênin preparou assim o terreno para aquilo que, depois de nova tentativa fracassada de insurreição por parte do KPD, em outubro de 1923, foi chamado de “luxemburguismo” – um amálgama de erros que derivavam basicamente de duas ideias atribuídas a Rosa Luxemburgo: ela teria desenvolvido n’*A acumulação do capital* uma teoria mecanicista do colapso do capitalismo; e teria criado uma teoria da espontaneidade das massas, negando assim a necessidade da organização política na luta pelo socialismo. Essa caricatura atingiu o auge durante o stalinismo.

O escrito de Rosa Luxemburgo só foi publicado na República Democrática Alemã em 1974, integrando o volume 4 das *Obras completas*, acompanhado de um prefácio no estilo marxista-leninista,

que media as ideias “erradas” de Rosa pelas “corretas” de Lênin. Só com o fim do regime autoritário foi possível a Annelies Laschitza, uma das coordenadoras das *Obras Completas*, expor abertamente o que pensava sobre Rosa. No prefácio de 1990 ao texto “maldito”, ela diz: “Apesar de todos os debates e de tudo o que se escreveu sobre o manuscrito de Rosa Luxemburgo, ele se revela cada vez mais um manifesto profético a favor da democracia e da dignidade humana, a favor do socialismo verdadeiramente democrático.”

Essa era a leitura do “marxismo ocidental” que, no entanto, apresentava nuances. Os social-democratas, contra os comunistas, frisavam apenas a defesa das liberdades democráticas, transformando Rosa Luxemburgo numa espécie de liberal, sem mencionar que no seu pensamento político democracia e revolução são inseparáveis. Por sua vez, o campo da Oposição de Esquerda considerou desde sempre o opúsculo de Rosa Luxemburgo um libelo a favor do espaço público popular, no qual as camadas subal-

ternas da sociedade, aproveitando a existência da liberdade de imprensa, reunião e associação, têm a possibilidade de participar amplamente – tanto por meio de instituições como partidos políticos, sindicatos, conselhos, associações, quanto pela ocupação das ruas – na construção de uma sociedade livre e igualitária. Por isso, Rosa critica a dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques, vendo nessa medida arbitrária o primeiro passo de um processo cuja lógica implacável levará à burocratização de toda a vida política, inclusive dos soviets, culminando na ditadura de um único partido. Infelizmente ela teve razão.

Mas, além da questão das liberdades democráticas e da oposição entre ditadura e democracia, a brochura trata de dois outros temas polêmicos: a questão agrária e a autodeterminação das nações. Em nome dos princípios socialistas, Rosa rejeita a *Realpolitik* dos bolcheviques, ditada pelas circunstâncias, porque, segundo ela, para obterem o apoio dos camponeses à revolução, lançaram a palavra de

ordem de apropriação das terras, criando assim uma nova camada de pequenos proprietários inimigos da coletivização e do socialismo. Rosa defende neste ponto o programa agrário da social-democracia, que, prevendo a eliminação progressiva da pequena propriedade camponesa e a concentração das terras em grandes propriedades privadas, via esse processo como um avanço inquestionável que serviria de base para a futura agricultura socialista. Socialismo no campo significaria nacionalização/estatização + industrialização da agricultura. Ou seja, grandes monoculturas com seus nefastos efeitos colaterais – tudo o que um programa agroecológico combate hoje em dia. Ao equipararem socialismo no campo com coletivização, tanto a social-democracia ocidental quanto o bolchevismo herdaram o preconceito marxista contra os pequenos camponeses, vendo neles uma classe em desaparecimento, que deve converter-se em proletariado industrial (ou subordinar-se politicamente a ele) para ter voz na sociedade. A história do século XX mostrou o equívoco dessa posição.



Quanto à autodeterminação das nações, tratava-se de antiga discordância entre Rosa e Lênin. A oposição ao nacionalismo começou com a fundação da Social Democracia do Reino da Polônia em 1893, partido em que Rosa militou a vida inteira (à qual em 1899 se juntou a social democracia da Lituânia), em oposição ao Partido Socialista Polonês, que, fundado um ano antes em Paris, defendia a independência da Polônia. Rosa e seus amigos tinham horror ao nacionalismo, considerado um obstáculo à luta pelo socialismo. Eles argumentavam que, na medida em que a Polônia era a parte mais industrializada do império russo, o qual funcionava como mercado consumidor para as mercadorias polonesas, a independência não fazia sentido.

No entender de Rosa, a palavra de ordem de autodeterminação das nações era utópica e reacionária, pois atando o proletariado polonês e o das pequenas nações ao nacionalismo, impedia-o de travar uma luta conjunta com o proletariado russo contra o absolutismo e, em seguida, pelo socialismo.

No texto em pauta, ela constata que as nações que faziam parte do império russo, em vez de se aliarem à revolução, como pretendiam os bolcheviques no seu “otimismo incompreensível”, passaram para o lado da contrarrevolução. A posição de Rosa sobre a questão nacional sempre foi condenada como economicista e abstrata, inclusive pelos comentadores simpáticos às suas ideias. Mas trata-se de tema extremamente complexo merecendo aprofundamento, o que não podemos fazer aqui. Entretanto, se a brochura de Rosa Luxemburgo, passados cem anos, ainda nos interpela, isso se deve à última parte, comentada antes.

E, por último, cabe frisar que independentemente das objeções pontuais que Rosa faz aos bolcheviques, a posição geral da brochura pode ser condenada na expressão “apoio crítico”. *Apoio* porque ela entende que “(...) em condições tão fatais, nem o mais gigantesco idealismo, nem a mais inabalável energia revolucionária seriam capazes de realizar a democracia e o socialismo, mas apenas rudimentos

frágeis e caricaturais de ambos”. O grande obstáculo ao sucesso da revolução na Rússia deve-se ao fato de ser um processo isolado num só país, dada a “inércia fatal” das massas alemãs, ludibriadas pela social-democracia e pelo imperialismo alemão. *Crítico*, porque ela não vê no aplauso obrigatório uma contribuição à autonomia intelectual dos trabalhadores. Esta só pode ser obtida pela análise do processo revolucionário na Rússia, no qual os bolcheviques, forçados pelas circunstâncias, foram obrigados, para se manterem no poder, a adotar políticas em desacordo com o programa socialista. Por isso mesmo, não se trata de fazer da necessidade virtude e aceitar como modelo um processo histórica e socialmente circunscrito. A advertência de Rosa Luxemburgo, lamentavelmente, foi desprezada pelos comunistas do século XX.

Em suma, este livrinho é sobretudo um libelo a favor da soberania popular contra o autoritarismo e a burocracia. Por isso Michael Löwy pode dizer que “essa brochura de 1918 é um dos textos indispensáveis não só para a compreensão do passado, mas

também, e sobretudo, para uma refundação do socialismo (ou do comunismo) no século XXI”.

*São Paulo, agosto de 2017*

- \* Isabel Loureiro é professora aposentada do Departamento de Filosofia da Unesp. Autora de *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária* (Unesp, 2003), *A Revolução Alemã (1918-1923)* (Unesp, 2005) e organizadora da trilogia *Rosa Luxemburgo, textos escolhidos* (Unesp, 2011).

# A Revolução Russa<sup>1</sup>





Em 1918, o governo revolucionário lança uma massiva campanha para alfabetizar toda a população com idade entre 8 e 50 anos.



A REVOLUÇÃO RUSSA É O FATO MAIS MARCANTE DA GUERRA MUNDIAL. Sua explosão, seu radicalismo sem igual, seu efeito duradouro desmentem à perfeição o palavreado com que a social-democracia alemã oficial, no seu zelo servil, encobriu ideologicamente no início a campanha de conquistas do imperialismo alemão: nesse palavreado, as baionetas alemãs tinham por missão derrubar o tsarismo e libertar os povos por ele oprimidos. O alcance prodigioso obtido pela revolução na Rússia, seu efeito profundo que abala todas as relações de classe, revelando o conjunto dos problemas econômicos e sociais, fazendo-a avançar, com a

fatalidade de sua lógica interna, do primeiro estágio da república burguesa para fases novas – não tendo sido a queda do tsarismo senão um pequeno episódio, quase uma ninharia –, tudo isso mostra claramente que a libertação da Rússia não foi obra da guerra nem da derrota militar do tsarismo, não foi mérito das “baionetas alemãs em punhos alemães”, como prometia o editorial da *Neue Zeit* dirigida por Kautsky, mas que ela possuía raízes profundas no próprio país e atingira a plena maturidade interna. A aventura bélica do imperialismo alemão, sob o escudo ideológico da social-democracia alemã, não provocou a revolução na Rússia; ao contrário, interrompeu-a no início durante algum tempo – após seu primeiro grande fluxo ascendente de 1911 a 1913 – para em seguida, depois da explosão, criar-lhe as condições mais difíceis e anormais.

Porém, para todo observador que reflita, esse desenvolvimento é uma prova flagrante contra a teoria doutrinária que Kautsky compartilha com o partido dos socialistas governamentais, segundo a qual a

Rússia, país economicamente atrasado, essencialmente agrário, não estaria maduro para a revolução social nem para uma ditadura do proletariado. Essa teoria que só admite como possível na Rússia uma revolução burguesa – concepção de que resulta igualmente a tática da coalizão dos socialistas com o liberalismo burguês na Rússia – é, ao mesmo tempo, a da ala oportunista no movimento operário russo, os chamados mencheviques, sob a experimentada direção de Axelrod e Dan. Tanto os oportunistas russos quanto os alemães estão totalmente de acordo com os socialistas governamentais alemães nessa concepção fundamental da Revolução Russa, da qual decorre naturalmente a tomada de posição em questões de detalhe na tática. Na opinião dos três, a Revolução Russa deveria ter parado no estágio da derrubada do tsarismo, nobre tarefa que, na mitologia da social-democracia alemã, os estrategistas militares do imperialismo alemão haviam estabelecido. Se ela foi além, se estabeleceu como tarefa a ditadura do proletariado, isso aconteceu, segundo

essa doutrina, por simples erro da ala radical do movimento operário russo, os bolcheviques; e todas as intempéries que a revolução enfrentou no seu desenvolvimento posterior, todas as confusões de que foi vítima, nada mais são que o simples resultado desse erro fatal. Teoricamente, essa doutrina, apresentada tanto pelo *Vorwärts* de Stampfer quanto por Kautsky como fruto do “pensamento marxista”, chega à descoberta “marxista” original de que a transformação socialista é assunto nacional, por assim dizer doméstico, de cada Estado moderno em particular. Nas brumas desse esquema abstrato, um Kautsky sabe, de maneira natural, descrever com minúcias as imbricações econômicas mundiais do capitalismo, que fazem que todos os países modernos sejam organicamente interdependentes.

A revolução na Rússia – fruto do desenvolvimento internacional e da questão agrária – não pode ser resolvida nos limites da sociedade burguesa.

Na prática, essa doutrina tende a recusar a responsabilidade do proletariado internacional – do

alemão em primeiro lugar – pelo destino da Revolução Russa e a negar suas conexões internacionais. O desenrolar da guerra e da Revolução Russa mostraram não a falta de maturidade da Rússia, e sim a do proletariado alemão para cumprir sua missão histórica. Enfatizar isso com toda clareza é a primeira tarefa de uma análise crítica da Revolução Russa. O destino dela dependia inteiramente dos [acontecimentos] internacionais. Assentando inteiramente a sua política na revolução mundial do proletariado, os bolcheviques deram a prova mais brilhante de sua perspicácia política, de sua fidelidade aos princípios, da força audaciosa de sua política. Aí se torna visível o salto colossal dado pelo desenvolvimento capitalista nos últimos dez anos. A revolução de 1905-1907 suscitou apenas um fraco eco na Europa. Por isso tinha de permanecer um capítulo introdutório. A continuação e o desfecho estavam ligados ao desenvolvimento europeu.

É claro que só uma crítica aprofundada e refletida, não uma apologia acrítica, será capaz de recolher esses tesouros de experiências e ensinamentos. De

fato, seria loucura imaginar que o primeiro experimento histórico mundial de ditadura da classe operária, realizado nas mais difíceis condições – em plena conflagração mundial e em pleno caos provocado pelo genocídio imperialista, preso na armadilha de ferro da potência militar mais reacionária da Europa, em face da completa omissão do proletariado internacional –, que num experimento de ditadura operária em condições tão anormais, tudo o que se fez ou deixou de fazer na Rússia alcançasse o cúmulo da perfeição. Ao contrário, os conceitos elementares da política socialista e a compreensão dos pressupostos históricos necessários à realização dessa política obrigam a reconhecer que, em condições tão fatais, nem o mais gigantesco idealismo nem a mais inabalável energia revolucionária seriam capazes de realizar a democracia e o socialismo, mas apenas rudimentos frágeis e caricaturais de ambos.

Encarar isso com clareza, em todas as suas implicações e consequências profundas, é, incontestavelmente, o dever elementar dos socialistas de todos

os países; pois somente a partir dessa compreensão amarga é que se poderá medir toda a extensão da responsabilidade específica do proletariado internacional no que se refere ao destino da Revolução Russa. Aliás, é apenas por esse meio que se verá a importância decisiva de uma ação internacional conjunta na revolução proletária – condição fundamental, sem a qual a maior habilidade e os mais sublimes sacrifícios do proletariado de um único país enredam-se inevitavelmente numa confusão de contradições e erros.

Também não há dúvida de que as cabeças inteligentes que dirigem a Revolução Russa, Lênin e Trotsky, só deram alguns passos decisivos em seu caminho espinhoso, semeado de armadilhas de todos os tipos, dominados por grandes dúvidas e pelas mais violentas hesitações interiores; nada pode estar mais longe deles do que ver a Internacional aceitar tudo o que fizeram, sob dura pressão, no fervilhante turbilhão dos acontecimentos, como modelo sublime de política socialista, digno da admiração acrítica e da imitação fervorosa.

Seria igualmente errado temer que um exame crítico dos caminhos seguidos até aqui pela Revolução Russa possa abalar perigosamente o prestígio e o exemplo fascinante do proletariado russo, o único capaz de vencer a inércia fatal das massas alemãs. Nada mais falso. O despertar da combatividade revolucionária da classe operária alemã não pode provir, como que por encanto, de qualquer operação de sugestão praticada segundo o espírito dos métodos de tutela da social-democracia alemã — que Deus a tenha —, que incitaria a massa a crer cegamente numa autoridade imaculada, quer a das próprias “instâncias”, quer a do “exemplo russo”. A capacidade de o proletariado alemão realizar ações históricas não pode nascer da fabricação de um entusiasmo revolucionário acrítico; ao contrário, só nascerá da compreensão da terrível gravidade, de toda a complexidade das tarefas a cumprir, da maturidade política e da autonomia intelectual, da capacidade de julgamento crítico das massas, sistematicamente abafadas ao longo de décadas, sob



os mais diversos pretextos, pela social-democracia alemã. Analisar de maneira crítica a Revolução Russa em todo o seu contexto histórico é o melhor meio de educar os trabalhadores alemães e os de outros países para as tarefas resultantes da situação atual.





Tropas do Governo Provisório reprimem manifestantes no dia 4 de julho de 1917, na principal avenida de Petrogrado (atual São Petersburgo).



O PRIMEIRO PERÍODO DA REVOLUÇÃO RUSSA, DESDE A SUA EXPLOÇÃO em março até a revolução de outubro, corresponde exatamente, em seu curso geral, ao esquema evolutivo das grandes revoluções inglesa e francesa. É o desenvolvimento típico de todo primeiro grande conflito generalizado das forças revolucionárias engendradas no seio da sociedade burguesa, contra as amarras da velha sociedade.

Ele progride naturalmente em linha ascendente: moderados no início, os objetivos radicalizam-se cada vez mais e, paralelamente, passa-se da coali-

ção de classes e partidos à dominação exclusiva do partido mais radical.

No primeiro momento, em março de 1917, os “cadetes” – isto é, a burguesia liberal – estavam à cabeça da revolução. A primeira vaga global da maré revolucionária arrastou tudo e todos: a quarta Duma – o mais reacionário produto do reacionaríssimo sufrágio censitário das quatro classes,<sup>2</sup> proveniente do golpe de Estado<sup>3</sup> – transformou-se subitamente num órgão da revolução. Todos os partidos burgueses, inclusive a direita nacionalista, formaram de repente uma falange contra o absolutismo. Este caiu ao primeiro assalto, quase sem luta, como um órgão carcomido em que bastava tocar para que desmoronasse. Da mesma forma, a breve tentativa da burguesia liberal de salvar pelo menos a dinastia e o trono espatifou-se em poucas horas. Em dias, horas, o avanço impetuoso do desenvolvimento saltou distâncias para as quais, outrora, a França precisara de décadas. Constatou-se aqui que a Rússia realizou os resultados de um século de desenvolvimento

europeu e, sobretudo, que a revolução de 1917 foi a continuação direta da revolução de 1905-1907, e não um presente dos “libertadores” alemães. Em março de 1917, o movimento retomou sua obra precisamente no ponto em que a havia deixado dez anos antes. A República democrática foi, desde a primeira investida, o produto acabado, internamente maduro, da revolução.

Então começou a segunda e mais difícil tarefa. Desde o primeiro momento, a força motriz da revolução havia sido a massa do proletariado urbano. Mas suas reivindicações não se esgotavam com a democracia política; ao contrário, dirigiam-se para a questão candente da política internacional: a paz imediata. Ao mesmo tempo, a revolução se apoiava na massa do exército, que fazia a mesma reivindicação de paz imediata, e na massa dos camponeses, que punha em primeiro plano a questão agrária, pivô da revolução desde 1905. Paz imediata e terra – esses dois objetivos implicavam a cisão no interior da falange revolucionária. A reivindicação de

paz imediata estava em contradição absoluta com a tendência imperialista da burguesia liberal, cujo porta-voz era Miliukov;<sup>4</sup> a questão agrária era, no início, um espantalho para a outra ala da burguesia, a nobreza proprietária de terras, mas, em seguida, foi considerada um atentado à sacrossanta propriedade privada em geral, tornando-se um ponto sensível para o conjunto das classes burguesas.

Assim, no dia seguinte ao da primeira vitória da revolução, começou em seu seio uma luta interna em torno das duas questões principais: a paz e a questão agrária. A burguesia liberal adotou uma tática diversionista e evasiva. As massas trabalhadoras, o exército e os camponeses pressionavam cada vez mais violentamente. Não há dúvida de que o próprio destino da democracia política da República estava ligado à questão da paz e à questão agrária. As classes burguesas que, submersas pela primeira vaga tempestuosa da revolução, se tinham deixado arrastar até a forma do Estado republicano, começaram imediatamente a procurar pontos de apoio na



retaguarda e a organizar em segredo a contrarrevolução. A expedição dos cossacos de Kaledin contra São Petersburgo<sup>5</sup> revelou de maneira clara essa tendência. Se essa agressão tivesse sido coroada de êxito, seria selada a sorte, não somente das questões da paz e da terra, mas também da democracia e da própria República. As consequências inevitáveis teriam [sido] a ditadura militar acompanhada de um regime de terror contra o proletariado e, em seguida, a volta à monarquia.

Isso permite medir o que tem de utópico e, no fundo, de reacionário na tática dos socialistas da tendência Kautsky, os mencheviques.

É francamente espantoso observar como esse homem diligente,<sup>6</sup> nos quatro anos da guerra mundial, com seu incansável trabalho de escriba, tranquila e metodicamente, abriu buracos no socialismo de maneira sucessiva, transformando-o numa peneira, sem nenhum lugar intacto. A serenidade acrítica com que seus seguidores assistem a esse trabalho aplicado do seu teórico oficial e engolem, sem piscar,

cada uma de suas novas descobertas só pode ser comparada à serenidade dos seguidores de Scheidemann e cia., quando estes últimos, na prática, esburacam, passo a passo, o socialismo. De fato, ambos os trabalhos se completam perfeitamente e Kautsky, o guardião oficial do templo marxista, na realidade apenas executa de forma teórica, desde o começo da guerra, o que os Scheidemann fazem na prática: 1º) a Internacional, instrumento da paz; 2º) o desarmamento e sociedade das nações; por fim, 3º) a democracia, não o socialismo.

Obcecados pela ficção do caráter burguês da Revolução Russa — pois a Rússia ainda não estaria madura para a revolução social —, eles agarraram-se desesperadamente à coalizão com os liberais burgueses, isto é, quiseram unir à força os elementos que, separados pela natural marcha interna do desenvolvimento revolucionário, haviam entrado em violenta contradição recíproca. Os Axelrod e Dan queriam a todo custo colaborar com as classes e os partidos que ameaçavam mais peri-

gosamente a revolução e sua primeira conquista, a democracia.

Nessa situação, coube à tendência bolchevique o mérito histórico de ter proclamado e seguido, desde o início, com uma coerência férrea, a única tática que podia salvar a democracia e fazer avançar a revolução. Todo o poder exclusivamente nas mãos das massas trabalhadoras e camponesas, nas mãos dos soviets – essa era de fato a única saída para as dificuldades em que a revolução havia caído, o golpe de espada que cortava o nó górdio –, tirava a revolução do impasse e deixava o campo livre para que ela continuasse a se desenvolver sem entraves.

O partido de Lênin foi, assim, o único na Rússia que compreendeu, nesse primeiro período, os verdadeiros interesses da revolução, foi o elemento que a fez avançar e, nesse sentido, o único partido que praticou uma política realmente socialista.

Isso explica também por que os bolcheviques, minoria proscrita, caluniada e acuada por todos os lados no início da revolução, se tornaram, num tempo

muito curto, seus dirigentes e puderam reunir, sob a sua bandeira, todas as massas realmente populares: o proletariado urbano, o exército, os camponeses, assim como os elementos revolucionários da democracia, a ala esquerda dos socialistas revolucionários.

Depois de poucos meses, a situação real da Revolução Russa resumia-se à alternativa: vitória da contrarrevolução ou ditadura do proletariado, Kaledin ou Lênin. Essa situação objetiva a que chega rapidamente toda revolução, uma vez dissipada a primeira embriaguez, resultou na Rússia das questões concretas e candentes da paz e da terra, para as quais não existia solução nos limites da revolução “burguesa”.

Com isso, a Revolução Russa apenas confirmou a lição fundamental de toda grande revolução, cuja lei vital é a seguinte: ela precisa avançar muito rápida e decididamente, abater com mão de ferro todos os obstáculos e pôr seus objetivos sempre mais longe, ou será logo jogada aquém de seu frágil ponto de partida e esmagada pela contrarrevolução. Parar, marcar passo, contentar-se com o primeiro objetivo

alcançado, isso não existe numa revolução. E quem quiser transpor para a tática revolucionária essa sabedoria caseira das guerrinhas parlamentares mostra apenas que a psicologia, que a própria lei vital da revolução lhe é tão estranha quanto toda experiência histórica, que permanece um livro fechado a sete chaves.

Vejamos o decorrer da Revolução Inglesa desde que explodiu em 1642. Pela lógica das coisas, primeiro as tergiversações débeis dos presbiterianos, a guerra hesitante contra o exército real em que os chefes presbiterianos evitaram deliberadamente uma batalha decisiva e uma vitória contra Carlos I levaram à necessidade imperiosa de que os Independentes os expulsassem do parlamento e tomassem o poder. E, em seguida, ocorreu o mesmo no interior do exército dos Independentes: a massa subalterna e pequeno-burguesa dos soldados, os “niveladores” de Lilburn, formava a tropa de choque de todo o movimento independente e, por fim, os elementos proletários da massa dos soldados, os que iam mais

longe no tocante à transformação social e se exprimiam no movimento dos “diggers” representavam, por sua vez, o fermento do partido democrático dos “niveladores”.

Sem a influência dos elementos proletários revolucionários sobre o espírito da massa dos soldados, sem a pressão da massa democrática dos soldados sobre a camada dirigente burguesa do partido independente, não se teria chegado à “depuração” do Longo Parlamento, expulsando os presbiterianos, nem à conclusão vitoriosa da guerra contra o exército dos *gentlemen* e contra os escoceses, nem ao processo contra Carlos I e à sua execução, nem à supressão da Câmara dos Lordes e à proclamação da República.

E o que aconteceu na grande Revolução Francesa? A tomada do poder pelos jacobinos, depois de quatro anos de lutas, demonstrou-se o único meio de salvar as conquistas da revolução, efetivar a República, destruir o feudalismo, organizar a defesa revolucionária interna e externa, sufocar as conspi-

rações da contrarrevolução e propagar por toda a Europa a vaga revolucionária vinda da França.

Kautsky e seus correligionários russos, que desejavam que a Revolução Russa conservasse o “caráter burguês” de sua primeira fase, são a exata contrapartida dos liberais alemães e ingleses do século passado que distinguiam assim os dois célebres períodos da grande Revolução Francesa: a “boa” revolução da primeira fase, a fase girondina, e a “má”, após a tomada do poder pelos jacobinos. Essa concepção liberal, superficial da história, não precisava naturalmente compreender que, sem a tomada do poder por esses jacobinos “sem medida”, até mesmo as tímidas meias conquistas da fase girondina logo teriam sido soterradas sob as ruínas da revolução, e que a alternativa real à ditadura jacobina, tal como posta pela marcha inexorável do desenvolvimento histórico no ano de 1793, não era a democracia “moderada”, e sim a restauração dos Bourbon! Em nenhuma revolução, o “justo meio” pode ser mantido, pois sua lei natural exige decisões rápidas: ou a locomotiva

subirá a encosta histórica a todo vapor até o cume, ou, arrastada pelo próprio peso, voltará à planície de onde partiu, arrastando consigo para o abismo os que, sem esperança de salvação, com suas fracas forças, queriam detê-la no meio do caminho.

Assim se explica que, em toda revolução, o único partido capaz de conquistar a direção e o poder é aquele que tem a coragem de lançar palavras de ordem mobilizadoras e tirar daí todas as consequências. Assim se explica o papel lamentável dos mencheviques russos, os Dan, Tseretelli etc., que no início exerciam enorme influência sobre as massas, mas depois de um longo período de oscilações, após se recusarem com unhas e dentes a tomar o poder e assumir as responsabilidades, foram varridos de cena de maneira inglória.

O partido de Lênin foi o único que compreendeu as exigências e os deveres de um partido verdadeiramente revolucionário e que assegurou a continuidade da revolução com a palavra de ordem de todo o poder às mãos do proletariado e do campesinato.



Os bolcheviques resolveram dessa forma a célebre questão da “maioria do povo”, pesadelo que sempre oprimiu os social-democratas alemães. Pupilos incorrigíveis do cretinismo parlamentar, eles transpõem simplesmente para a revolução a sabedoria caseira do jardim de infância parlamentar: para fazer alguma coisa, é preciso ter antes a maioria. Portanto, também na revolução, conquistemos primeiro a “maioria”. Mas a dialética real das revoluções inverte essa sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não leva à tática revolucionária pela maioria; ele leva à maioria pela tática revolucionária. Só um partido que saiba dirigir, isto é, fazer avançar, ganha seus seguidores na tempestade. A resolução com que Lênin e seus companheiros lançaram no momento decisivo a única palavra de ordem mobilizadora – todo o poder ao proletariado e campesinato! – fez de uma minoria perseguida, caluniada, “ilegal”, cujos dirigentes, como Marat, precisavam esconder-se nas caves, quase de um dia para o outro, a dona absoluta da situação.

Os bolcheviques também estabeleceram imediatamente, como objetivo da tomada do poder, o mais avançado e completo programa revolucionário: não se tratava de garantir a democracia burguesa, e sim a ditadura do proletariado, tendo como fim a realização do socialismo. Eles adquiriram assim o imperecível mérito histórico de terem proclamado, pela primeira vez, os objetivos finais do socialismo como programa imediato da prática política.

Tudo o que, num momento histórico, um partido pode dar em termos de coragem, energia, perspicácia revolucionária e coerência foi plenamente realizado por Lênin, Trotsky e seus companheiros. Toda a honra e capacidade de ação revolucionárias, que faltaram à social-democracia ocidental, encontravam-se nos bolcheviques. Com sua insurreição de outubro, não somente salvaram, de fato, a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional.







Patrulha do Exército Vermelho em Petrogrado, em 1917.

### III

OS BOLCHEVIQUES SÃO OS HERDEIROS HISTÓRICOS DOS NIVELADORES ingleses e dos jacobinos franceses. Mas a tarefa concreta que lhes coube na Revolução Russa, após a tomada do poder, era incomparavelmente mais difícil que a de seus antecessores.<sup>7</sup> Com certeza a palavra de ordem exortando os camponeses à imediata tomada e partilha das terras<sup>8</sup> era a fórmula mais sumária, mais simples e lapidar para atingir um duplo fim: aniquilar a grande propriedade fundiária e vincular imediatamente os camponeses ao governo revolucionário. Como medida política para fortalecer o governo proletário-socialista era uma

tática excelente. Mas, infelizmente, ela tinha duas faces, e seu reverso, a tomada imediata das terras pelos camponeses, não tem nada a ver com uma agricultura socialista.

No plano agrário a reestruturação socialista das condições econômicas pressupõe duas coisas: primeiro, a nacionalização justamente da grande propriedade fundiária, pois ela representa uma concentração, a mais avançada do ponto de vista técnico, dos meios de produção e dos métodos agrícolas, sendo a única que pode servir de ponto de partida para uma economia socialista no campo. Embora, naturalmente, não seja necessário confiscar do pequeno camponês o seu pedacinho de terra, e se possa deixar tranquilamente a seu critério convencer-se das vantagens da exploração coletiva que o levarão a aderir primeiro ao agrupamento cooperativo e, por fim, ao sistema de exploração social coletiva, é evidente que toda reforma econômica socialista no campo deve começar pela grande e média propriedade fundiária.



Nesse caso, é preciso, antes de tudo, transferir o direito de propriedade à nação, ou, o que vem a ser o mesmo num governo socialista, ao Estado; somente isso oferece a possibilidade de organizar a produção agrícola numa grande e coerente perspectiva socialista.

Mas, em segundo lugar, um dos pressupostos dessa reestruturação consiste em suprimir a separação entre agricultura e indústria, traço característico da sociedade burguesa, para dar lugar à sua interpenetração e fusão, a uma completa formação da produção agrícola e industrial segundo perspectivas unificadas. Independentemente de como será nos detalhes a gestão prática – municipal, como propõem alguns, ou centralizada no Estado –, a condição prévia, em todo caso, é uma reforma unificada partindo do centro, tendo por premissa a nacionalização das terras. Nacionalização da grande e média propriedade fundiária, unificação da indústria e da agricultura são os dois aspectos fundamentais de toda reforma econômica socialista, sem os quais não existe socialismo.

Que o governo dos soviets na Rússia não tenha realizado essas reformas consideráveis, quem pode recriminá-lo por isso? Seria um gracejo de mau gosto exigir ou esperar que Lênin e seus companheiros, no breve período em que estão no poder, no meio do turbilhão impetuoso das lutas internas e externas, pressionados por todos os lados por inimigos e resistências sem conta, tivessem dado conta ou apenas começado a dar conta de uma das tarefas mais difíceis, e mesmo, podemos dizer tranquilamente, da tarefa mais difícil da transformação socialista! Também nós, no Ocidente, uma vez no poder, apesar de condições bastante favoráveis, quebraremos alguns dentes com essa dura noz, antes de termos saído das dificuldades mais simples dentre as mil complexas dessa gigantesca tarefa!

Contudo, em todo caso, um governo socialista que chegou ao poder deve fazer uma coisa: tomar medidas no sentido desses pré-requisitos fundamentais para uma posterior reforma socialista das

condições agrárias; deve, pelo menos, evitar tudo o que barra o caminho a essas medidas.

Ora, a palavra de ordem lançada pelos bolcheviques – apropriação imediata e repartição das terras pelos camponeses – devia precisamente agir no sentido inverso. Não só não é uma medida socialista como bloqueia o caminho que para lá conduz, acumulando dificuldades insuperáveis para a reestruturação das condições agrárias em sentido socialista.

A tomada das terras pelos camponeses conforme a sumária e lapidar palavra de ordem de Lênin e seus amigos – Vão e tomem as terras! – levou simplesmente a uma passagem brusca e caótica da grande propriedade fundiária à propriedade fundiária camponesa. Não foi criada a propriedade social, e sim uma nova propriedade privada: dividiu-se a grande propriedade em médias e pequenas propriedades, a grande exploração relativamente avançada em pequenas explorações primitivas que, no plano técnico, trabalham com os meios da época dos faraós. E mais: essa medida e a maneira caótica, puramente arbitrá-

ria, como foi aplicada não eliminaram as diferenças de propriedade no campo, mas as agravaram. Embora os bolcheviques recomendassem ao campesinato formar comitês de camponeses, a fim de fazer da apropriação das terras da nobreza uma espécie de ação coletiva, é claro que esse conselho genérico não podia mudar nada no tocante à prática efetiva e à real correlação de forças no campo. Com ou sem comitês, os camponeses ricos e os usurários, que formavam a burguesia rural e que de fato detinham o poder local em toda a aldeia russa, foram certamente os principais beneficiários da revolução agrária. Mesmo sem ver, é evidente para todo mundo que, ao fim da partilha das terras, as desigualdades econômicas e sociais no seio do campesinato não foram eliminadas e sim exacerbadas, assim como acabaram agravados os antagonismos de classe. Mas esse deslocamento de forças ocorreu, incontestavelmente, em detrimento dos interesses proletários e socialistas.

Discurso de Lênin sobre a centralização necessária da indústria, a nacionalização dos bancos, do co-

mércio e da indústria. Por que não das terras? Aqui, ao contrário, descentralização e propriedade privada.

O próprio programa agrário de Lênin antes da revolução era outro. Retomou-se a palavra de ordem dos tão denegridos socialistas revolucionários, ou, mais exatamente, a palavra de ordem do movimento espontâneo do campesinato.

Para introduzir princípios socialistas nas condições agrárias, o governo soviético procurou, em seguida, criar comunas agrárias compostas de proletários, na maioria elementos urbanos desempregados. Mas pode-se facilmente prever que os resultados desses esforços, comparados à situação do campo como um todo, permanecem necessariamente ínfimos, não podendo sequer ser considerados na análise da questão.<sup>9</sup> (Após o parcelamento, em pequenas explorações, da grande propriedade fundiária, o ponto de partida mais apropriado para a economia socialista, procura-se agora criar, com base em pequenas unidades, explorações comunistas modelo.) Nas condições dadas, essas comunas

têm apenas o valor de um experimento, não de uma reforma social abrangente.

Anteriormente, uma reforma socialista no campo teria quando muito encontrado a resistência de uma pequena casta de grandes proprietários fundiários nobres e capitalistas e de uma pequena minoria da rica burguesia rural, cuja expropriação por uma massa popular revolucionária é uma brincadeira de criança. Agora, após a “tomada de posse”, a coletivização socialista da agricultura tem um novo inimigo, uma massa de camponeses proprietários que aumentou, se fortaleceu enormemente e que defenderá com unhas e dentes, contra todo atentado socialista, sua propriedade recentemente adquirida. Agora, a questão da futura socialização da agricultura, ou seja, na Rússia, a questão da produção em geral tornou-se um tema de conflito e de luta entre o proletariado urbano e a massa camponesa. O boicote das cidades pelos camponeses, que retêm os víveres para obter lucros exorbitantes, exatamente como os *junkers* prussianos, mostra a que ponto o conflito

se agravou. O pequeno camponês francês tornou-se o mais intrépido defensor da grande Revolução Francesa, que lhe doara as terras confiscadas aos emigrados. Como soldado de Napoleão, levou a bandeira francesa à vitória, atravessou toda a Europa e aniquilou o feudalismo num país após outro. Talvez Lênin e seus amigos esperassem que sua palavra de ordem em relação ao setor agrário produzisse efeito semelhante. Mas o camponês russo, tendo tomado a terra por conta própria, não pensou nem em sonhos em defender a Rússia e a revolução, à qual devia a terra. Aferrou-se à sua nova propriedade e abandonou a revolução aos seus inimigos, o Estado à ruína, a população urbana à fome.

A revolução agrária de Lênin criou no campo uma nova e poderosa camada popular de inimigos do socialismo, cuja resistência será muito mais perigosa e obstinada do que foi a da aristocracia fundiária.

Os bolcheviques são em parte culpados pela transformação da derrota militar no colapso e na desagregação da Rússia. Eles próprios agravaram

de maneira considerável as dificuldades objetivas da situação com uma palavra de ordem,<sup>10</sup> que puseram em primeiro plano na sua política, o assim chamado direito das nações à autodeterminação,<sup>11</sup> ou o que na realidade se escondia por trás desse palavreado: a desagregação do Estado russo. A fórmula, constantemente proclamada com uma obstinação doutrinária, sobre o direito das diferentes nacionalidades do império russo a decidirem elas mesmas seu destino, “até inclusive o direito de se separarem do Estado russo”, era um dos cavalos de batalha particulares de Lênin e de seus companheiros quando se opunham à guerra de Miliukov e de Kerenski.<sup>12</sup> Ela constituía o eixo de sua política interna depois da insurreição de outubro e toda a plataforma dos bolcheviques em Brest-Litovsk,<sup>13</sup> a única arma que tinham para opor à posição de força do imperialismo alemão.

Em primeiro lugar, o que choca na obstinação e na intransigência com que Lênin e seus companheiros se agarraram a essa palavra de ordem é o fato de ela estar em flagrante contradição, não só com seu anterior



pronunciado centralismo político, mas também com sua atitude perante os outros princípios democráticos. Enquanto manifestavam um desprezo glacial pela Assembleia Constituinte, pelo sufrágio universal, pela liberdade de imprensa e de reunião, em suma, por todo o aparato das liberdades democráticas fundamentais das massas populares, cujo conjunto constituía o “direito à autodeterminação” na própria Rússia, eles tratavam o direito das nações à autodeterminação como a joia da política democrática, por amor do qual era preciso calar todas as considerações práticas da crítica realista. Enquanto não se tinham deixado impressionar minimamente pelo voto popular para a Assembleia Constituinte na Rússia – voto popular fundado no sufrágio mais democrático do mundo, dado na plena liberdade de uma república popular – e, após austeras considerações críticas, simplesmente declararam nulo seu resultado, em Brest defenderam o “voto popular” das nações não russas para decidir fazer, ou não, parte do Estado russo, apresentando-o como o verdadeiro paládio da liberdade e da democra-

cia, a quinta-essência inalterada da vontade popular, a instância suprema, a instância decisiva na questão do destino político das nações.

Essa contradição flagrante é tanto mais incompreensível que as formas democráticas da vida política em todos os países, como veremos em seguida, constituem de fato os mais preciosos e indispensáveis fundamentos da política socialista, ao passo que o ilustre “direito das nações à autodeterminação” não passa de oca fraseologia pequeno-burguesa, disparate.

De fato, qual é o significado desse direito? Faz parte do bê-á-bá da política socialista que ela combata, como qualquer espécie de opressão, também a opressão de uma nação por outra.

Se, apesar de tudo, políticos tão lúcidos e críticos quanto Lênin, Trotsky e seus amigos, que não fazem senão dar de ombros ironicamente a qualquer espécie de fraseologia utópica como desarmamento, sociedade das nações etc., dessa vez fizeram um cavalo de batalha de uma frase oca precisamente da mesma

categoria, isso ocorreu, parece-nos, por uma espécie de política circunstancial. Lênin e seus companheiros estimavam que não havia meio mais seguro de vincular as numerosas nacionalidades não russas no seio do Império russo à causa da revolução, à causa do proletariado socialista, do que lhes conceder, em nome da revolução e do socialismo, a liberdade – total e sem limites – de disporem de seu destino. Era uma política análoga à que os bolcheviques adotaram em relação aos camponeses, cuja fome de terra pensavam satisfazer com a palavra de ordem de apropriação direta das terras da nobreza, vinculando-os assim à bandeira da revolução e do governo proletário. Infelizmente, nos dois casos o cálculo revelou-se completamente falso. Enquanto Lênin e seus companheiros esperavam, de maneira evidente, como defensores da liberdade das nações até o “separatismo”, fazer da Finlândia, Ucrânia, Polônia, Lituânia, dos países bálticos, das populações do Cáucaso etc. aliados fiéis da Revolução Russa, nós assistimos ao espetáculo inverso: uma após outra, essas “nações” utilizaram

a liberdade recém-oferecida para se aliarem como inimigas mortais da Revolução Russa ao imperialismo alemão, e levarem, sob sua proteção, a bandeira da contrarrevolução à própria Rússia. Um exemplo típico é o episódio com a Ucrânia, em Brest,<sup>14</sup> que provocou uma guinada decisiva nas negociações, assim como em toda a situação política interna e externa dos bolcheviques. A atitude da Finlândia, Polônia, Lituânia, dos países bálticos, das nações do Cáucaso, mostra do modo mais convincente que não se trata aqui de uma exceção fortuita, e sim de uma decisão típica.

Certamente, em todos esses casos, não foram na realidade as “nações” que praticaram essa política reacionária, mas somente as classes burguesas e pequeno-burguesas, que, na mais violenta oposição às próprias massas proletárias, deformaram o “direito à autodeterminação nacional”, fazendo dele um instrumento de sua política de classe contrarrevolucionária. Mas – e aqui chegamos ao centro da questão – é exatamente nisso que reside o caráter utópico e pequeno-burguês desse palavreado nacio-

nalista: na dura realidade da sociedade de classes, sobretudo numa época de antagonismos muitíssimo exacerbados, ele se transforma simplesmente num meio de dominação das classes burguesas. Os bolcheviques tiveram que aprender, em seu detrimento e no da revolução que, sob a dominação do capitalismo, não existe autodeterminação da “nação”, que, numa sociedade de classes, cada classe da nação aspira a se “autodeterminar” de um modo diferente, que, para as classes burguesas, as considerações sobre a liberdade nacional vêm muito depois das considerações sobre a dominação de classe. A burguesia finlandesa, assim como a pequena burguesia ucraniana, pôs-se totalmente de acordo ao preferir a dominação alemã à liberdade nacional, caso esta tivesse de estar ligada aos perigos do “bolchevismo”.

A esperança de transformar em seu contrário essas relações de classe reais por meio de “plebiscitos” – em Brest tudo girava em torno dessa ideia – e de obter um voto majoritário a favor da fusão com a Revolução Russa graças à confiança na massa

popular revolucionária, essa esperança, caso tenha sido seriamente acalentada por Lênin e Trotsky, dava mostras de um otimismo incompreensível e, se era apenas uma estocada tática no duelo com a política de força dos alemães, significava brincar de forma perigosa com o fogo. Mas, mesmo sem a ocupação militar alemã, esse esplêndido “plebiscito”, caso tivesse ocorrido nos países limítrofes, dado o estado de espírito da massa camponesa e de grandes camadas de proletários ainda indiferentes, dada a tendência reacionária da pequena burguesia e os mil meios de que a burguesia dispunha para influenciar o voto, teria muito provavelmente chegado por toda parte a um resultado que daria pouca alegria aos bolcheviques. A regra infalível quando se trata de plebiscitos sobre a questão nacional pode ser assim enunciada: ou as classes dominantes se arranjam para impedi-los quando não lhes convêm, ou, quando se realizam, procuram influenciar os resultados por todos os meios e truques, de tal modo que nunca poderemos introduzir o socialismo pelo plebiscito.

Aliás, o fato de ter colocado a questão das aspirações nacionais e das tendências particularistas em plena luta revolucionária, e mesmo tê-la posto em primeiro plano por ocasião da paz de Brest, erigindo-a em senha [*schibboleth*] da política socialista e revolucionária, lançou a maior confusão nas fileiras do socialismo e abalou, precisamente nos países limítrofes, a posição do proletariado. Na Finlândia, o proletariado socialista, enquanto lutou fazendo parte da compacta falange revolucionária da Rússia, já tinha uma posição de força dominante; detinha a maioria na Dieta [Parlamento], no exército, reduzira a burguesia à impotência completa e era senhor da situação no país. No início do século, quando ainda não tinham sido inventadas as inépcias do “nacionalismo ucraniano”, com seus *karboventse* [moeda ucraniana] e seus “universais” [assembleia nacional de toda a Ucrânia], quando Lênin ainda não tinha feito da “Ucrânia independente” o seu cavalo de batalha, a Ucrânia era a fortaleza do movimento revolucionário russo. Foi de lá, de Rostov, de Odessa,

da bacia do Donetz, que, de 1902 a 1904, correram as primeiras torrentes de lava da revolução, transformando todo o Sul da Rússia num mar de chamas e preparando, assim, a explosão de 1905; isso se repetiu na atual revolução – o proletariado do Sul da Rússia constituiu as tropas de elite da falange proletária. Desde 1905, a Polônia e os países bálticos eram os centros mais poderosos e seguros da revolução; ali o proletariado socialista representava um papel preponderante.

Como é possível que em todos esses países a contrarrevolução triunfe de maneira súbita? Foi precisamente separando-o da Rússia que o movimento nacionalista paralisou o proletariado e o entregou à burguesia nacional dos países limítrofes. Em vez de no espírito de uma autêntica política de classe internacionalista, que, aliás, defendiam, se esforçarem para realizar a mais compacta coordenação das forças revolucionárias em todo o território do império, em vez de defenderem com unhas e dentes a integridade do império russo como território da



revolução, em vez de oporem a todas as tendências separatistas nacionalistas este mandamento político supremo – a coesão indissolúvel dos proletários de todas as nações no âmbito da Revolução Russa –, os bolcheviques, com sua retumbante fraseologia nacionalista sobre o “direito à autodeterminação até a constituição de Estados separados”, forneceram, em contrapartida, à burguesia de todos os países limítrofes, o mais desejado e esplêndido pretexto, forneceram literalmente a bandeira de suas aspirações contrarrevolucionárias. Em vez de prevenir os proletários dos países limítrofes contra todo separatismo, mostrando-o como uma armadilha puramente burguesa, e de sufocar, com mão de ferro, as tendências separatistas no ovo – o uso da força, nesse caso, significava agir de verdade no sentido e no espírito da ditadura proletária –, ao contrário, com sua palavra de ordem, confundiram as massas de todos os países limítrofes, entregando-as à demagogia das classes burguesas. Encorajando dessa maneira o nacionalismo, eles próprios provocaram e

prepararam a desagregação da Rússia, pondo na mão de seus inimigos o punhal que eles iriam enterrar no coração da Revolução Russa.

Certamente, sem a ajuda do imperialismo alemão, sem “as coronhas alemãs em punhos alemães”, como escrevia a [revista] *Neue Zeit* de Kautsky, jamais os Lubinsky e outros canalhas da Ucrânia, jamais os Erich e Mannerheim na Finlândia, nem os barões bálticos, teriam acabado com as massas proletárias socialistas de seus países. Mas o separatismo nacional foi o cavalo de Troia com que os “companheiros” alemães, de baioneta em punho, se introduziram em todos esses países. Os antagonismos de classe reais e a correlação de forças militar provocaram a intervenção da Alemanha. Mas os bolcheviques é que forneceram a ideologia que mascarou essa campanha da contrarrevolução: eles fortaleceram a posição da burguesia e enfraqueceram a do proletariado. A melhor prova é a Ucrânia, que deveria representar um papel tão fatal nos destinos da Revolução Russa. O nacionalismo

ucraniano na Rússia era completamente diferente do tcheco, do polonês ou do finlandês, nada mais que um simples capricho, uma frivolidade de algumas dúzias de intelectuais pequeno-burgueses, sem raízes na situação econômica, política ou intelectual do país, sem qualquer tradição histórica, pois a Ucrânia nunca formou um Estado ou uma nação, não tinha nenhuma cultura nacional, exceto os poemas românticos e reacionários de Chevchenko. Na verdade, é como se, numa bela manhã, os habitantes do litoral norte da Alemanha quisessem fundar, por causa de Fritz Reuter, uma nação baixo-alemã e um Estado independente! E com sua agitação doutrinária sobre o “direito à autodeterminação até inclusive etc.”, Lênin e seus companheiros inflaram artificialmente essa farsa ridícula de alguns professores e estudantes universitários, transformando-a num fator político. Deram importância à farsa inicial, até que ela adquiriu uma terrível gravidade: transformou-se não num movimento nacional sério, que não tem nem nunca teve raízes, mas em estandarte, em bandeira

unificadora da contrarrevolução! Desse ovo estéril saíram, em Brest, as baionetas alemãs.

As fórmulas vazias têm por vezes na história da luta de classes um significado muito real. O destino fatal do socialismo quis que nesta guerra mundial ele fosse escolhido para fornecer pretextos ideológicos à política contrarrevolucionária. Quando a guerra explodiu, a social-democracia alemã apressou-se em enfeitar o saqueio do imperialismo alemão com um escudo ideológico tirado do quarto de despejos do marxismo, declarando que se tratava da expedição libertadora contra o tsarismo russo, desejada por nossos velhos mestres em 1848. Aos antípodas do socialismo governamental, os bolcheviques, com seu palavreado sobre a “autodeterminação”, estava reservado levar água ao moinho da contrarrevolução e fornecer assim uma ideologia, não só para o estrangulamento da própria Revolução Russa, mas também para a liquidação de toda a guerra mundial de acordo com os planos contrarrevolucionários. Temos boas razões para examinar, nessa perspectiva,

a política dos bolcheviques a fundo. O “direito das nações à autodeterminação”, acoplado à Sociedade das Nações e ao desarmamento pela graça de Wilson, constitui o grito de guerra no confronto iminente entre o socialismo internacional e o mundo burguês. É evidente que o palavreado sobre a autodeterminação e o movimento nacional em seu conjunto constitui atualmente o maior perigo para o socialismo internacional; a Revolução Russa e as negociações de Brest acabam de reforçá-los de maneira considerável. Teremos que analisar essa plataforma de maneira ainda mais detalhada. Os destinos trágicos dessa fraseologia na Revolução Russa, em cujos espinhos os bolcheviques iam se prender e ferir até sangrar, devem servir de advertência ao proletariado internacional.

A ditadura da Alemanha é a consequência de tudo isso. Da paz de Brest ao “tratado complementar”!<sup>15</sup> As duzentas vítimas expiatórias de Moscou.<sup>16</sup> Essa situação engendrou o terror e o esmagamento da democracia.





Lênin discursa em manifestação na Praça Vermelha, em outubro de 1917.



## IV

EXAMINAREMOS ESSE PONTO MAIS DE PERTO POR MEIO DE ALGUNS exemplos.

Na política dos bolcheviques, a conhecida dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1917, representou um papel preponderante. Essa medida foi determinante para sua posição posterior, representando de certa maneira uma guinada em sua tática. É fato que Lênin e seus companheiros, até a vitória de outubro, exigiam com estardalhaço a convocação de uma Assembleia Constituinte, e que justamente a política de contemporização do governo Kerenski nesse ponto constituía uma das

acusações dos bolcheviques contra esse governo, dando-lhes motivo para os mais violentos ataques. Em sua interessante brochura intitulada *Da revolução de outubro ao tratado de paz de Brest*, Trotsky diz que a insurreição de outubro significou a “salvação da Constituinte” assim como da revolução em geral. E continua: “Quando dizíamos que o caminho que levava à Assembleia Constituinte não passava pelo pré-parlamento de Tsereteli, e sim pela tomada do poder pelos soviets, éramos absolutamente sinceros”.<sup>17</sup>

E agora, depois dessas declarações, o primeiro passo de Lênin após a Revolução de Outubro foi dispersar essa mesma Assembleia Constituinte à qual a revolução devia conduzir. Quais podem ter sido as razões para tão surpreendente guinada? Trotsky dá uma longa explicação na obra mencionada, e nós reproduzimos aqui seus argumentos.<sup>18</sup>

Tudo isso é perfeito e muito convincente. Só admira que pessoas tão inteligentes como Lênin e Trotsky não tenham chegado à conclusão evidente que de-

corria dos fatos citados. Já que a Assembleia Constituinte havia sido eleita muito antes da guinada decisiva, a Revolução de Outubro, e refletia em sua composição a imagem de um passado obsoleto e não do novo estado de coisas, a conclusão impunha-se por si mesma: dissolver essa Constituinte caduca, logo natimorta, e convocar imediatamente eleições para uma nova! Eles não queriam e não podiam confiar os destinos da revolução a uma assembleia que refletia a Rússia de ontem, a Rússia de Kerenski, o período das hesitações e da coalizão com a burguesia. Muito bem! Então nada mais restava além de convocar de imediato em seu lugar uma assembleia saída da Rússia renovada e mais avançada.

Em vez disso, com base nas insuficiências específicas da Assembleia Constituinte reunida em outubro, Trotsky conclui que toda Assembleia Constituinte é supérflua e generaliza mesmo essas insuficiências, proclamando a inutilidade, durante a revolução, de toda representação popular resultante de eleições populares gerais.

Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental, as massas trabalhadoras acumulam em muito pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente, em seu desenvolvimento, a um nível mais elevado. O pesado mecanismo das instituições democráticas segue tanto mais dificilmente esse desenvolvimento, quanto maior for o país e mais imperfeito seu aparato técnico.<sup>19</sup>

E, assim, chegamos ao “mecanismo das instituições democráticas em geral”. Pode-se, antes de tudo, objetar que essa apreciação das instituições representativas exprime uma concepção um tanto esquemática e rígida, que contradiz expressamente a experiência histórica de todas as épocas revolucionárias. Segundo a teoria de Trotsky, toda assembleia eleita reflete apenas, de uma vez por todas, o estado de espírito, a maturidade política e o humor do eleitorado no momento preciso em que vai às urnas. O organismo democrático seria sempre o reflexo da massa no dia da eleição, assim como o céu estrelado, segundo Herschel, não nos mostra nunca os astros

tais como são quando os vemos, mas tais como eram no momento em que, de uma distância incomensurável, enviavam suas mensagens luminosas para a Terra. Nega-se então qualquer relação intelectual viva entre os eleitos e o eleitorado, qualquer influência recíproca constante entre ambos.

Mas toda experiência histórica contradiz isso! Esta mostra-nos, ao contrário, que o fluido vivo do estado de espírito popular banha constantemente os organismos representativos, penetra-os, orienta-os. Senão como seria possível assistir de tempos em tempos, em todo parlamento burguês, às divertidíssimas cabriolas dos “representantes do povo” que, subitamente animados por um “espírito novo”, produzem entonações inteiramente inesperadas? Como seria possível que, de tempos em tempos, as múmias mais ressequidas assumissem ares juvenis e os pequenos Scheidemann de todas as espécies encontrassem de repente em seu peito tons revolucionários – quando a cólera ruge nas fábricas, nas oficinas, nas ruas?

Tal influência constantemente viva do estado de espírito e da maturidade política das massas sobre os organismos eleitos, justamente numa revolução, seria impotente perante o esquema rígido das etiquetas partidárias e das listas eleitorais? Muito pelo contrário! É justamente a revolução que, por sua efervescência e seu ardor, cria essa atmosfera política leve, vibrante, receptiva, na qual as vagas do estado de espírito popular, a pulsação da vida do povo, influem de maneira instantânea e do modo mais extraordinário sobre os organismos representativos. É exatamente sobre isso que se assentam sempre as cenas célebres e impressionantes, no estágio inicial de todas as revoluções, em que velhos parlamentos reacionários ou muito moderados, eleitos no antigo regime por um sufrágio restrito, transformam-se subitamente em porta-vozes heróicos da insurreição, em revolucionários românticos e impetuosos. O exemplo clássico é o famoso Longo Parlamento na Inglaterra: eleito e convocado em 1642, ficou sete anos no posto e [refletiu] em

seu interior todas as mudanças do estado de espírito popular, a maturidade política, a divisão das classes, a progressão da revolução até seu apogeu, desde a reverente escaramuça inicial com a coroa, quando o *speaker* falava de joelhos, até a supressão da Câmara dos Lordes, a execução de Carlos I e a proclamação da República.

Essa extraordinária metamorfose não se repetiu da mesma forma nos Estados gerais na França, no parlamento de Luís Filipe eleito pelo sufrágio censitário e mesmo – o último e mais impressionante exemplo está bem próximo de Trotsky – na IV Duma russa que, eleita no ano da graça de 1912,<sup>20</sup> sob o mais estrito domínio da contrarrevolução sentiu subitamente, em fevereiro de 1917, o vento juvenil da revolta e transformou-se no ponto de partida da revolução?

Tudo isso mostra que “o pesado mecanismo das [...] democráticas”<sup>21</sup> encontra um corretivo poderoso exatamente no movimento vivo e na pressão constante da massa. E quanto mais democrática a insti-

tuição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política da massa, tanto mais imediata e precisa é a influência que ela exerce – apesar das etiquetas partidárias rígidas, das listas eleitorais obsoletas etc. É claro que toda instituição democrática tem seus limites e lacunas, o que, aliás, compartilha com todas as instituições humanas. Só que o remédio encontrado por Lênin e Trotsky – suprimir a democracia em geral – é ainda pior que o mal que devia impedir; ele obstrui a própria fonte viva a partir da qual podem ser corrigidas todas as insuficiências congênitas das instituições sociais: a vida política ativa, sem entraves, enérgica das mais largas massas populares.

Peguemos outro exemplo surpreendente: o direito de voto elaborado pelo governo dos soviets.<sup>22</sup> Não é muito claro que significado prático se pode atribuir a esse direito de voto. Da crítica feita por Lênin e Trotsky às instituições democráticas depreende-se que recusam fundamentalmente representações populares saídas de eleições gerais e que não querem



senão apoiar-se nos soviets. Por isso não se vê bem por que, mesmo assim, foi elaborado um sistema de sufrágio universal. Aliás, que se saiba, o sufrágio universal nunca foi aplicado; nunca se ouviu falar de eleições para qualquer espécie de representação popular que o tivesse por base. Pode-se supor que tenha permanecido apenas um produto teórico de gabinete; mas tal como é, constitui um produto surpreendente da teoria bolchevique da ditadura. Todo direito de voto, assim como em geral todo direito político, não deve ser medido por esquemas abstratos de “justiça” nem pela fraseologia burguesa democrática, mas pelas condições sociais e econômicas segundo as quais foi talhado. Esse direito de voto foi elaborado pelo governo dos soviets para o período de transição entre a forma social burguesa-capitalista e a forma socialista, para o período da ditadura do proletariado. Segundo a interpretação dada por Lênin e Trotsky dessa ditadura, o direito de voto só é concedido aos que vivem do próprio trabalho e recusado a todos os outros.

Ora, é claro que semelhante direito de voto só tem sentido numa sociedade que esteja economicamente em condições de permitir, a todos que queiram trabalhar, viver de maneira digna e decente do próprio trabalho. Seria esse o caso da Rússia atual? Dadas as monstruosas dificuldades em que se debate a Rússia soviética, isolada do mercado mundial e privada de suas principais fontes de matérias-primas, dada a terrível desorganização da vida econômica em geral, a brusca reviravolta nas condições de produção em consequência das transformações nas relações de propriedade na agricultura, indústria e comércio, é óbvio que inúmeras existências foram subitamente desenraizadas, atiradas para fora do caminho, sem nenhuma possibilidade objetiva de empregar sua força de trabalho no mecanismo econômico. Isso não se refere apenas à classe dos capitalistas e dos proprietários fundiários, mas também à grande camada da pequena-burguesia e da própria classe trabalhadora. É fato que o encolhimento da indústria provocou um êxodo

maciço do proletariado urbano para o campo, à procura de colocação na agricultura. Nessas condições, um direito de voto político, que tem como premissa econômica o trabalho obrigatório para todos, é uma medida totalmente incompreensível. Sua intenção é privar de direitos políticos apenas os exploradores. E enquanto as forças de trabalho produtivas são desenraizadas em massa, o governo soviético, em contrapartida, vê-se com frequência obrigado a arrendar, por assim dizer, a indústria nacional a seus antigos proprietários capitalistas. O governo soviético também se viu obrigado, [em] abril de 1918, a selar um acordo com as cooperativas de consumo burguesas. Por fim, a utilização de especialistas burgueses [revelou-se] indispensável. Outra consequência da mesma orientação é que camadas crescentes do proletariado são mantidas pelo Estado com fundos públicos, na qualidade de guardas vermelhos etc. Na realidade, ela priva de direitos camadas cada vez maiores da pequena burguesia e do proletariado, para as quais o organismo econô-

mico não prevê nenhum meio que permita exercer a obrigação de trabalhar.

É um contrassenso fazer do direito de voto um produto utópico, um produto da imaginação, desligado da realidade social. E precisamente por isso não constitui um instrumento sério da ditadura proletária.<sup>23</sup>

Quando, após a Revolução de Outubro, toda a camada média, a *intelligentsia* burguesa e pequeno-burguesa boicotaram durante meses o governo soviético, paralisando as estradas de ferro, os correios, o telégrafo, as escolas e o aparelho administrativo, insurgindo-se assim contra o governo dos trabalhadores, impunham-se todas as medidas de pressão para quebrar com mão de ferro a resistência contra a privação dos direitos políticos, dos meios de subsistência etc. Dessa forma, se exprimia com efeito a ditadura socialista, que não deve recuar perante nenhum meio coercitivo para impor ou impedir certas medidas no interesse de todos. Em contrapartida, um direito de voto que prive vastas camadas da sociedade de

direitos; que as exclui politicamente do quadro social, sem ser capaz, economicamente, de criar um lugar para elas no interior desse quadro; uma privação de direitos que não é uma medida concreta visando a um fim concreto, mas uma regra geral de efeito duradouro, não constitui uma necessidade da ditadura, e sim uma improvisação incapaz de sobreviver.<sup>24</sup>

Mas a Assembleia Constituinte e o direito de voto não esgotam a questão: é preciso considerar ainda a supressão das garantias democráticas essenciais a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras – liberdade de imprensa, direito de associação e de reunião, ilegais para todos os adversários do governo soviético.<sup>25</sup> A argumentação de Trotsky, citada anteriormente, sobre o peso das instituições eleitorais democráticas não basta, nem de longe, para justificar esses ataques. Em contrapartida, é um fato patente, incontestável, que sem imprensa livre, sem livre associação e reunião, a dominação de vastas camadas populares é totalmente impensável.

Lênin diz: o Estado burguês é um instrumento para oprimir a classe trabalhadora, o Estado socialista – um instrumento para oprimir a burguesia. Este seria, por assim dizer, o Estado capitalista de cabeça para baixo. Essa concepção simplista negligencia o essencial: a dominação de classe da burguesia não requer a formação nem a educação política de toda a massa do povo, pelo menos não além de certos limites estreitamente traçados. Para a ditadura proletária ela é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver.

“Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental [...]”<sup>26</sup> Aqui Trotsky contradiz-se e contradiz os próprios companheiros de partido da maneira mais espantosa. Justamente por isso ser verdade é que, ao sufocarem a vida pública, obstruíram a fonte da experiência política e a evolução ascendente. Ou então seria preciso admitir que essa experiência e essa evolução eram necessárias até a tomada do poder pelos bolcheviques, que elas haviam atingido seu apogeu e que doravante tinham-se tornado

supérfluas. (Discurso de Lênin: a Rússia foi conquistada para o socialismo!!!)

Na realidade é o contrário! As tarefas gigantescas que os bolcheviques enfrentaram, com coragem e determinação, exigiam precisamente a mais intensiva formação política das massas e acúmulo de experiências... {Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio.}<sup>27</sup>

O pressuposto tácito da teoria da ditadura no sentido Lênin-Trotsky é de que a transformação socialista seria uma coisa para a qual o partido revolucionário tem no bolso uma receita pronta, que só precisa de energia para ser realizada.<sup>28</sup> Infelizmente – ou, se quisermos, felizmente –, não é

assim. Muito longe de ser uma soma de prescrições prontas, que bastaria aplicar, a realização prática do socialismo como sistema econômico, social e jurídico é uma coisa totalmente envolta nas brumas do futuro. O que temos em nosso programa são apenas alguns grandes marcos orientadores que indicam em que direção é preciso procurar as medidas a tomar, indicações, aliás, de caráter sobretudo negativo. Sabemos mais ou menos o que suprimir primeiro para deixar o caminho livre à economia socialista; em contrapartida, nenhum programa de partido socialista nem nenhum manual de socialismo esclarecem de que tipo serão as milhares de medidas concretas, práticas, grandes e pequenas necessárias a cada passo para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais. Não é uma lacuna, mas, pelo contrário, é justamente a vantagem do socialismo científico sobre o utópico. O sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido



da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E, assim, é claro que o socialismo, por sua própria *natureza*, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas – contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas *não* o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência {é} capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Só uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a *força criadora*, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda, é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual. (Prova: o ano de 1905 e os {meses} de fevereiro a outubro de 1917.)

No plano político, mas também econômico e social. É preciso que toda a massa popular participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete.

Controle público absolutamente necessário. Se não a troca de experiências fica só no círculo fechado dos funcionários do novo governo. Corrupção inevitável. (Palavras de Lênin, *Mitteilungs-Blatt*, n.36.)<sup>29</sup> A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradadas por séculos de dominação da classe burguesa. Instintos sociais em vez de instintos egoístas; iniciativa das massas em vez de inércia; idealismo, que faz superar todos os sofrimentos etc. Ninguém sabe disso melhor, nem descreve com mais precisão, nem repete com mais obstinação do que Lênin.<sup>30</sup> Só que ele se engana completamente quanto aos meios. Decretos, poder ditatorial dos contramestres, punições draconianas, domínio do terror, tudo isso são paliativos. O único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democra-

cia, *opinião* pública. É justamente o domínio do terror que o desmoraliza.

Se tudo isso for suprimido, o que resta na realidade? No lugar dos organismos representativos saídos de eleições populares gerais, Lênin e Trotsky puseram os soviets como a única representação verdadeira das massas trabalhadoras. Mas abafando a vida política em todo o país, a vida dos soviets ficará cada vez mais paralisada. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre debate de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente em que só a burocracia subsiste como o único elemento ativo. A vida pública adormece progressivamente, algumas dúzias de chefes partidários, de uma energia inesgotável e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles, na realidade, uma dúzia de cabeças eminentes dirige, e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões, a fim de aplaudir os discursos dos chefes e votar de maneira unânime as resoluções propostas; portanto,

no fundo, é um grupo que governa – de fato, uma ditadura, não a do proletariado, e sim a de um punhado de políticos, isto é, uma ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobina (o intervalo entre os congressos dos soviets passou de três para seis meses!). E mais: esse estado de coisas produz necessariamente um recrudescimento da selvageria na vida pública: atentados, execução de reféns etc. É uma lei objetiva, todo-poderosa, a que nenhum partido pode fugir.

O erro fundamental da teoria de Lênin-Trotsky consiste precisamente em opor, tal como Kautsky, a ditadura à democracia. “Ditadura *ou* democracia”, assim é posta a questão, tanto pelos bolcheviques quanto por Kautsky. Este se decide naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia *burguesa*, visto que é a alternativa que propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lênin-Trotsky se decidem pela ditadura em oposição à democracia e, assim, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura *burguesa*. São dois polos opostos, ambos

igualmente muito afastados da verdadeira política socialista. Quando o proletariado toma o poder não pode nunca, segundo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, com o pretexto de que “o país não está maduro”, e consagrar-se apenas à democracia, sem se trair a si mesmo e sem trair a Internacional e a revolução. Ele tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais dura, por conseguinte, exercer a ditadura, mas a ditadura da *classe*, não a de um partido ou de um grupo; ditadura da classe, isso significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível, das massas populares, numa democracia sem limites. “Como marxistas, nunca fomos idólatras da democracia formal”, escreve Trotsky.<sup>31</sup> Certamente, nunca fomos idólatras da democracia formal. Também nunca fomos idólatras do socialismo nem do marxismo. Deve-se concluir daí que devemos, à maneira de Cunow-Lensch-Parvus, jogar o socia-

lismo e o marxismo no quarto de despejos quando nos atrapalha? Trotsky e Lênin são a negação viva dessa pergunta. Nunca fomos idólatras da democracia formal só pode significar que sempre fizemos distinção entre o núcleo social e a forma política da democracia *burguesa*; que sempre desvendamos o áspero núcleo da desigualdade e da servidão sociais escondido sob o doce invólucro da igualdade e da liberdade formais – não para rejeitá-las, mas para incitar a classe trabalhadora a não se contentar com o invólucro, incitá-la a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo. A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, consiste em instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda democracia. A democracia socialista não começa somente na Terra prometida, quando tiver sido criada a infraestrutura da economia socialista, como um presente de Natal, já pronto, para o bom povo que, entretanto, apoiou fielmente o punhado de ditadores socialistas. A democracia socialista

começa com a destruição da dominação de classe e a construção do socialismo. Ela começa no momento da conquista do poder pelo partido socialista. Ela nada mais é que a ditadura do proletariado.

Perfeitamente: ditadura! Mas essa ditadura consiste na maneira de *aplicar* a democracia, não na sua supressão; ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa, sem o que a transformação socialista não pode ser realizada. Mas tal ditadura precisa ser obra da *classe*, não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe; quer dizer, ela deve, a cada passo, resultar da participação ativa das massas, ser imediatamente influenciada por elas, ser submetida ao controle público no seu conjunto, emanar da formação política crescente das massas populares.

Os bolcheviques procederiam também dessa maneira se não sofressem a terrível pressão da guerra mundial, da ocupação alemã e de todas as dificuldades anormais daí decorrentes, dificuldades

que obrigatoriamente desfiguram qualquer política socialista, mesmo impregnada das melhores intenções e dos mais belos princípios.

Um argumento brutal nesse sentido consiste na utilização abundante do terror pelo governo dos conselhos, sobretudo no último período, antes do colapso do imperialismo alemão, desde o atentado contra o embaixador da Alemanha. A verdade banal de que as revoluções não são batizadas com água de rosas é em si mesma bem pobre.

Pode-se compreender tudo o que se passa na Rússia como uma cadeia inevitável de causas e efeitos, cujos pontos de partida e de chegada consistem na omissão do proletariado alemão e na ocupação da Rússia pelo imperialismo alemão. Seria exigir de Lênin e seus companheiros algo sobre-humano pedir-lhes que nessas circunstâncias ainda criassem, por um passe de mágica, a mais bela democracia, a mais exemplar ditadura do proletariado e uma economia socialista florescente. Com sua atitude decididamente revolucionária, sua energia



exemplar e sua inabalável fidelidade ao socialismo internacional, eles na verdade realizaram o que era possível em condições tão diabolicamente difíceis. O perigo começa quando querem fazer da necessidade virtude, fixar em todos os pontos da teoria uma tática que lhes foi imposta por essas condições fatais e recomendar ao {proletariado} internacional imitá-la como modelo da tática socialista. Assim, põem-se de maneira desnecessária como exemplo e escondem seu mérito histórico, que é real e incontestável, sob os passos em falso impostos pela necessidade; ao querer fazer entrar no seu arsenal, como novas descobertas, todos os equívocos introduzidos na Rússia por necessidade e coerção, e que, no final das contas, eram apenas irradiações da falência do socialismo internacional nesta guerra mundial, prestam um mau serviço ao socialismo internacional, por amor do qual lutaram e sofreram.

Os socialistas governamentais alemães sempre podem gritar que a dominação dos bolcheviques na Rússia é uma caricatura da ditadura do proletariado.

Quer tenha sido, ou seja, o caso, isso só aconteceu porque foi o produto da atitude do proletariado alemão, ela mesma uma caricatura da luta de classes socialista. Todos nós vivemos sob a lei da história, e a política socialista só pode ser executada internacionalmente. Os bolcheviques mostraram que podem fazer tudo que um partido verdadeiramente revolucionário é capaz de realizar nos limites das possibilidades históricas. Eles não devem querer fazer milagres. Pois uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional, seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. Neste último período, em que lutas finais decisivas são iminentes no mundo inteiro, o problema mais importante do socialismo, a questão candente da atualidade, era e é não esta ou aquela questão de detalhe da tática, e sim a capacidade de ação do proletariado, a energia revolucionária das massas, a

vontade do socialismo de chegar ao poder. Portanto, Lênin, Trotsky e seus amigos foram os *primeiros* a dar o exemplo ao proletariado mundial, e até agora continuam sendo os *únicos* que, como Hutten, podem exclamar: eu ousei!

Isso é o essencial e permanente na política dos bolcheviques. Nesse sentido, o que permanece como seu mérito histórico imperecível é que, conquistando o poder político e colocando o problema prático da realização do socialismo, abriram caminho ao proletariado internacional e fizeram progredir consideravelmente, no mundo inteiro, o conflito entre capital e trabalho. Na Rússia o problema só podia ser colocado. Ele não podia ser resolvido na Rússia, ele só pode ser resolvido internacionalmente. E, nesse sentido, o futuro pertence por toda parte ao “bolchevismo”.



## Notas

1. Título do original: *Zur russischen Revolution*. Publicado originalmente em 1918. Traduzido de Jörn Schütrumpf (org.), *Rosa Luxemburg oder der Preis der Freiheit*, Berlin, Dietz, 2006. Todas as notas que seguem são da edição original. (N. E.)
2. De acordo com a lei eleitoral de dezembro de 1905, os eleitores foram divididos em quatro cúrias. Nessa divisão, segundo a posição e a propriedade, os proprietários de terras mantinham privilégios especiais e o número de deputados operários e camponeses foi reduzido. Após o golpe de Estado de 1907, foram acrescentadas novas limitações a esse direito de voto antidemocráti-

co, de tal maneira que a dominação dos grandes proprietários de terras e da grande burguesia era garantida na Duma, e os povos das demais nacionalidades do império russo não possuíam nenhum direito de voto, ou apenas um direito extremamente limitado.

3. No dia 3 de junho de 1907, o governo tsarista dissolveu a II Duma imperial e prendeu os membros da bancada social-democrata. Simultaneamente introduziu uma nova lei eleitoral sem o consentimento da Duma imperial. Esse golpe de Estado permitiu ao governo manter uma maioria de direita na Duma e transformar a IV Duma imperial, eleita em 1912, num órgão de poder das “camadas reacionárias da burocracia tsarista, amalgamadas com os proprietários de terras escravocratas e com as altas camadas da burguesia” (Lênin, *Werke*, v.19, p.29).
4. O líder dos cadetes P. N. Miliukov era ministro do Exterior do Governo Provisório.
5. O líder dos cossacos A. M. Kaledin mobilizou os cossacos do Don e apoiou as tropas contrarrevolucionárias que, em agosto de 1917, chefiadas

por L. G. Kornilov, marcharam contra Petrogrado [nome de São Petersburgo de 1914 a 1924, quando passou a chamar-se Leningrado] para derrotar a revolução e instituir uma ditadura militar. Liderados pelos bolcheviques, trabalhadores e soldados enfrentaram os contrarrevolucionários, levando-os a uma derrota completa.

6. Karl Kautsky.
7. Nota de Rosa Luxemburgo na margem superior, sem indicar onde seria inserida: “Importância da questão agrária. Já em 1905. Em seguida, na III Duma, os camponeses de direita! Questão camponesa e defesa, exército”.
8. Segundo o decreto sobre a terra do 2º Congresso Geral dos Sovietes Russos, de 8 de novembro de 1917, e a “comissão eleitoral camponesa” nele incluída, a propriedade privada do solo foi suprimida, e as propriedades dos latifundiários, as terras dos príncipes, dos mosteiros e da Igreja foram desapropriadas sem indenização. O solo foi dividido segundo o princípio da utilização igual, ou seja, segundo determinadas normas de trabalho e de consumo. A forma de utilização

do solo, se individual, comunitária ou coletiva, ficava a critério dos aldeões. Terras com empreendimentos altamente desenvolvidos não deviam ser divididas, e sim transferidas para as mãos da comunidade ou do Estado.

9. Nota de Rosa Luxemburgo, na margem esquerda, sem indicar onde seria inserida: “Monopólio dos cereais com recompensas. Agora *post festum* querem introduzir a luta de classes nas aldeias!”.
10. No original: política.
11. O governo soviético defendia o princípio da autodeterminação das nações. Considerava que as nações oprimidas pelo tsarismo não deviam ser forçadas a ficar presas à Rússia.
12. O governo provisório com P. N. Miliukov como ministro do Exterior continuou a guerra e garantiu aos países da Entente cumprir todas as obrigações implicadas na aliança entre eles e a Rússia, a fim de conduzir a guerra até a “vitória final”. Essa política prosseguiu com o novo governo constituído em maio de 1917, em que A. F. Kerenski era ministro da Guerra e da Marinha, e que, em julho de 1917, lançou uma ofensiva que



teve um saldo de 60 mil vítimas. Os bolcheviques opuseram-lhe a reivindicação de uma paz imediata sem anexações, considerando anexações que Polônia, Finlândia, Ucrânia e demais regiões não russas fossem mantidas à força na federação dos Estados russos.

13. Durante as negociações de paz em Brest-Litovsk, o governo soviético exigiu a autodeterminação de todas as nações dos países envolvidos na guerra, incluindo o direito de separação e formação de um Estado autônomo para cada uma delas. Esse direito deveria ser concretizado por um referendo, em determinadas precondições, de toda a população das regiões em pauta.
14. A assembleia ucraniana, a Rada Central, em 27 de janeiro de 1918, assinou um tratado com as potências da Europa Central, embora nessa época já não detivesse mais poder efetivo, pois os soviéticos haviam vencido em quase toda a Ucrânia. Por esse tratado, a Alemanha tinha o direito de ocupar a Ucrânia, e nas negociações de Brest-Litovsk, em 27 e 28 de janeiro de 1918, exigiu anexações em termos de ultimato.

15. O tratado complementar russo-alemão, de 27 de agosto de 1918, estipulava que, com a determinação das fronteiras orientais da Estônia e da Livônia, a Alemanha precisava evacuar os territórios ocupados a leste. Assim, a Alemanha evacuariá o território a leste da Beresina, com a condição de que a Rússia soviética pagasse as somas estipuladas no acordo financeiro. A Rússia soviética renunciava à soberania sobre a Estônia, Livônia e Geórgia. No acordo financeiro russo-alemão, de 27 de agosto de 1918, a Rússia soviética era obrigada a pagar 6 bilhões de marcos à Alemanha.
16. Com o assassinato do embaixador alemão, Wilhelm Graf von Mirbach-Harff, os socialistas revolucionários de esquerda começaram, no dia 6 de julho de 1918, em Moscou, um golpe para derrubar o governo soviético. A insurreição foi derrotada e cem socialistas revolucionários foram presos.
17. Trotsky, *Von der Oktoberrevolution zum Brester Friedensvertrag*, 1918, p.90.
18. O escrito de Trotsky não consta do original. Ele registra: “Se os meses que precederam a Revo-

lução de Outubro constituíram um período em que as massas se deslocaram para a esquerda e em que os operários, os soldados e os camponeses afluíram irresistivelmente para o lado dos bolcheviques, esse processo manifestou-se no seio do Partido Socialista Revolucionário por um fortalecimento da ala esquerda à custa da ala direita. Mas, nas listas eleitorais estabelecidas pelos socialistas revolucionários, os velhos nomes da ala direita ainda representavam três quartos dos candidatos [...]. É preciso acrescentar a isso que as próprias eleições ocorreram nas primeiras semanas após a Revolução de Outubro. A notícia da mudança realizada espalhava-se de maneira relativamente lenta, em círculos concêntricos, partindo da capital para a província e das cidades para as aldeias. Em muitos lugares, as massas camponesas pouco sabiam do que se passava em Petrogrado e em Moscou. Eles votaram em ‘Terra e Liberdade’ e os representantes que elegeram para os comitês rurais colocavam-se, na maior parte do tempo, sob a bandeira dos ‘Narodniki’. Mas, assim, as massas

camponesas votavam em Kerenski e Avksentiev, que dissolveram esses comitês rurais e prenderam seus membros [...]. Esse estado de coisas mostra claramente a que ponto a Constituinte estava atrasada em relação ao desenvolvimento da luta política e aos reagrupamentos no interior dos partidos”. (N. R. L.)

19. Ibid., p.93.
20. No original: “1909”.
21. Reticências no original. A citação integral diz: “o pesado mecanismo das instituições democráticas”.
22. De acordo com a Constituição, tinham o direito de votar e ser votados, independentemente de credo, nacionalidade e residência, os seguintes cidadãos com mais de 18 anos: “Todos os que para a sua subsistência realizam trabalho produtivo e socialmente útil, assim como pessoas ocupadas no trabalho doméstico, por meio do qual as primeiras podem realizar trabalho útil, assim como trabalhadores e empregados de todos os tipos e categorias ocupados na indústria, comércio, agricultura, camponeses e cossacos que

- cultivam a terra, na medida em que não utilizam trabalho assalariado visando ao lucro”. (N. R. L.)
23. Na margem esquerda, sem indicar o local da inserção, Rosa Luxemburgo registrou: “Um anacronismo, uma antecipação da situação jurídica que convém a uma base econômica socialista já realizada, não ao período de transição da ditadura proletária”.
  24. Na margem esquerda, sem indicar o local da inserção, Rosa Luxemburgo escreveu: “Tanto os soviets como espinha dorsal, quanto a Constituinte e o *sufrágio universal*”. Numa página solta, sem número, lê-se também: “Os bolcheviques qualificavam os soviets de reacionários porque, diziam eles, eram compostos em sua maioria por camponeses (delegados dos camponeses e delegados dos soldados). Quando os soviets ficaram do seu lado, transformaram-se nos justos representantes da opinião popular. Mas essa brusca reviravolta estava ligada apenas à *paz* e à questão agrária”.
  25. “A ditadura proletária reprime os exploradores, a burguesia – por isso não é hipócrita, não lhes pro-

mete liberdade e democracia –, dando, porém, aos trabalhadores a verdadeira democracia. Somente a Rússia soviética deu a toda a enorme maioria dos trabalhadores uma liberdade e uma democracia desconhecidas, impossíveis e impensáveis em qualquer República burguesa; com essa finalidade, por exemplo, tirou da burguesia seus palácios e vilas (caso contrário, a liberdade de reunião é uma hipocrisia), com essa finalidade, tirou dos capitalistas as gráficas e o papel (caso contrário, a liberdade de imprensa para a maioria trabalhadora é uma mentira)” (Lênin, *Werke*, v.28, p.97-98).

26. Reticências no original. A citação completa diz: “Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental, as massas trabalhadoras acumulam em muito pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente, em seu desenvolvimento, a um nível mais elevado” (Trotsky, op. cit., p.93).
27. As frases entre chaves seguem o texto de Rosa Luxemburgo – *Breslauer Gefängnismanuskripte zur Russischen Revolution*. Textkritische Ausgabe. Leipzig, 2001, p.34. (N. T.)

28. Nota na margem esquerda, sem indicar a inserção: “Se os bolcheviques forem honestos, não vão querer negar que precisaram caminhar às apalpadelas, fazer tentativas, experimentos, ensaios de todos os tipos, e que boa parte das medidas tomadas não são pérolas. Certamente é o que nos acontecerá a todos, quando começarmos, mesmo que as condições não sejam por todo lado tão difíceis”.
29. No original, por engano, Rosa Luxemburgo menciona o n.29. O artigo “Após a Revolução Russa” foi publicado no *Mitteilungs-Blatt des Verbandes der sozialdemokratischen Wahlvereine Berlins und Umgegend*, n.36, 8 dez. 1918. Ele contém uma reprodução bem minuciosa, quase literal do trabalho de Lênin, *Die nächsten Aufgaben der Sowjetmacht*.
30. Nota na margem esquerda, sem indicar a inserção: “Discurso de Lênin sobre a disciplina e a corrupção./ “Também entre nós, assim como em todo lado, a anarquia será inevitável. O elemento lumpemproletário é inerente à sociedade burguesa, não podendo ser separado dela. Provas:

1º) Prússia oriental, as pilhagens dos ‘cossacos’;/  
2º) Explosão geral do roubo e da pilhagem na Alemanha (‘fraudes’, empregados dos correios e estradas de ferro, polícia, total apagamento das fronteiras entre a boa sociedade e os bandidos);/  
3º) A rápida depravação dos dirigentes sindicais. Contra isso, medidas de terror draconianas são impotentes. Pelo contrário, elas corrompem ainda mais. O único antídoto: idealismo e *atividade social das massas, liberdade política ilimitada*”.

Numa folha solta, sem indicação de onde seria inserida, encontra-se a seguinte reflexão: “Em toda revolução, a luta contra o lumpemproletariado constitui um problema em si, de grande importância. Na Alemanha, assim como em toda parte, também teremos que enfrentar isso. O elemento lumpemproletário é profundamente inerente à sociedade burguesa, não apenas como camada particular, como dejetos sociais que crescem de forma gigantesca, sobretudo quando as muralhas da ordem social desmoronam, mas como elemento integrante de toda a sociedade. Os acontecimentos na Alemanha – e, mais ou



menos, em todos os outros Estados – mostraram com que facilidade todas as camadas da sociedade burguesa caem na depravação. A graduação entre os aumentos abusivos de preços, as fraudes dos proprietários poloneses nobres, os fictícios negócios de ocasião, a adulteração de gêneros alimentícios, a trapaça, a corrupção de funcionários, o roubo, o assalto e a pilhagem se apagou de tal forma que as fronteiras entre os cidadãos honrados e os bandidos desapareceram. Repete-se aqui o mesmo fenômeno da depravação constante e rápida das virtudes burguesas quando transplantadas além-mar para um solo social estranho, em condições coloniais. Com a supressão das barreiras e dos apoios convencionais da moral e do direito, a sociedade burguesa, cuja lei vital intrínseca consiste na mais profunda imoralidade – a exploração do homem pelo homem –, cai, diretamente e sem freio, na simples depravação. A revolução proletária terá, por toda parte, que combater esse inimigo, instrumento da contrarrevolução./ Contudo, mesmo nesse caso, o terror é uma espada sem gume, ou melhor,

uma espada de dois gumes. A mais draconiana justiça militar é impotente contra a irrupção das desordens lumpemproletárias. Com efeito, todo regime de estado de sítio que se prolonga leva invariavelmente ao arbítrio, e todo arbítrio tem um efeito depravador sobre a sociedade. O único meio eficaz nas mãos da revolução proletária, também aqui, consiste em tomar medidas radicais de natureza política e social, na transformação rápida das garantias sociais da vida da massa e em desencadear o idealismo revolucionário, que só pode subsistir graças a uma vida intensamente ativa das massas, numa liberdade política ilimitada./ Assim como, contra as infecções e os germes infecciosos, a ação livre dos raios solares é o meio mais eficaz, purificador e terapêutico, também a própria revolução e seu princípio renovador – a vida intelectual, a atividade e a autorresponsabilidade das massas que ela suscita, portanto a mais ampla liberdade política como forma – são o único sol que cura e purifica”.

31. Trotsky, op. cit.



Selo comemorativo  
do 70º aniversário  
da Revolução Russa



**A TAREFA HISTÓRICA  
DO PROLETARIADO,  
QUANDO TOMA O  
PODER, CONSISTE  
EM INSTAURAR  
A DEMOCRACIA  
SOCIALISTA NO LUGAR  
DA DEMOCRACIA  
BURGUESA, E NÃO  
EM SUPRIMIR TODA  
DEMOCRACIA.**



Conheça a radionovela Rosa Luxemburgo, vida e obra de uma lutadora pelo socialismo democrático, uma produção da Fundação Rosa Luxemburgo, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Radioagência Brasil de Fato.

**LIBERDADE SOMENTE  
PARA OS PARTIDÁRIOS  
DO GOVERNO, SOMENTE  
PARA OS MEMBROS  
DE UM PARTIDO – POR  
MAIS NUMEROSOS  
QUE SEJAM –, NÃO É  
LIBERDADE. LIBERDADE  
É SEMPRE A LIBERDADE  
DE QUEM PENSA  
DE MODO DIFERENTE.**



**FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**